

## ACREDITAÇÃO INTERNACIONAL COMO MEIO DE APRIMORAR O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DE UM CURSO DE ENGENHARIA

**Christian O. Reinehr** – reinehr@upf.br

**Janine F. Medeiros** – janine@upf.br

**Luciane M. Colla** – lmcolla@upf.br

**Marcelo Hemkemeier** – marceloh@upf.br

**Vandré B. Brião** – vandre@upf.br

Universidade de Passo Fundo, Faculdade de Engenharia e Arquitetura, Curso de Engenharia de Alimentos, Campus I, Km 171, BR 285, Bairro São José, CEP 99001-970, Passo Fundo, RS

***Resumo:** Após a globalização comercial, vive-se no momento uma avaliação da qualidade internacional também para o ensino. Os países do Mercosul formaram um sistema para a avaliação da qualidade do ensino de graduação, chamado Sistema ARCU-SUL, e o curso de Engenharia de Alimentos da Universidade de Passo Fundo está participando deste processo de acreditação internacional. O objetivo deste trabalho é descrever o aprimoramento do processo de autoavaliação do curso através da implementação das diretrizes do Sistema ARCU-SUL. O curso realiza periodicamente seu processo de autoavaliação, integrando-o com as ações do planejamento estratégico. Verificou-se que o processo de acreditação ampliou as ações para a melhoria da qualidade do ensino, mostrando que os instrumentos de acreditação podem ser uma ferramenta muito útil para a gestão do curso de graduação.*

***Palavras-chave:** Autoavaliação, Planejamento Estratégico, Sistema ARCU-SUL.*

### 1 INTRODUÇÃO

Na década de 90 houve um expressivo aumento do número de estudantes no ensino superior brasileiro. Na mesma época, concretizou-se o início da integração comercial e cultural entre os países do Mercosul.

Na atualidade vive-se uma adequação do ensino superior frente aos critérios de qualidade, surgindo os processos permanentes de avaliação dos cursos de graduação. Esta necessidade de avaliação dos cursos de graduação foi expandida também para os países integrantes do bloco do Mercosul, de modo que surgiram os processos de acreditação para validação da qualidade do ponto de vista internacional.

Nos processos de acreditação, um dos requisitos é que o curso faça um profundo processo de autoavaliação. Nesse processo, os corpos docente, discente e técnico-administrativo devem realizar uma reflexão e sistematização das informações procurando identificar potencialidades e fragilidades, bem como estabelecer as ações a serem implementadas para correção de carências, visando atender aos indicadores que estão fragmentados em quatro dimensões: Contexto Institucional, Projeto Acadêmico, Comunidade Universitária e Infraestrutura.

O curso de Engenharia de Alimentos da Universidade de Passo Fundo encontra-se em processo de acreditação, e as ações estão sendo desenvolvidas no sentido de sanar ou atenuar fragilidades apontadas pelos indicadores do instrumento de avaliação para acreditação. O

objetivo deste trabalho é evidenciar o aprimoramento do processo de autoavaliação em um curso de engenharia a partir da busca pela obtenção da aprovação no Sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários do Mercosul.

## 2 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Os processos de avaliação fazem parte da estrutura do ensino superior brasileiro. O avanço do processo de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) se deu com a implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio da Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004). O SINAES tem por objetivos, entre outros, a melhoria contínua da qualidade da educação superior e o aprofundamento do compromisso social das IES. O SINAES, ao promover este processo avaliativo, deverá assegurar a avaliação tanto externa quanto interna das IES e dos cursos, contemplando uma análise global e integrada das dimensões, garantindo ainda a participação do corpo docente, discente, técnico-administrativo e da sociedade civil.

A avaliação externa dos cursos vem sendo realizada de dois modos: pelas visitas *in loco* e pelo ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes). Ambos os instrumentos de avaliação externa devem ser entendidos como uma ferramenta para a gestão dos cursos, pois mostram fragilidades e apontam indicativos e caminhos a serem seguidos para a melhoria dos cursos (HEMKEMEIER et al., 2010).

A avaliação interna, ou autoavaliação dos cursos, deve integrar o programa de avaliação institucional. Deve ser realizada no sentido de mobilizar a comunidade acadêmica para um olhar interno, na esfera do curso, da unidade acadêmica e, por fim, da instituição.

Estas informações são sistematizadas e devem ser democratizadas por algum meio que o curso ou a IES achar conveniente. Este processo é sistematizado pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPA), as quais têm as atribuições de condução e de sistematização dos processos de avaliação internos da instituição, conforme o Art. 11 da Lei nº 10861 (BRASIL, 2004). Os relatórios de autoavaliação das IES devem ser postados até o dia 30 de março de cada ano e devem estar disponíveis para as comissões externas de avaliação definidas pelo INEP para os processos de credenciamento das IES ou reconhecimento/renovação de reconhecimento dos cursos de graduação (BRASIL, 2010a).

Os processos de avaliação sugeridos pelo SINAES apontam para que as IES realizem um processo reflexivo em dez dimensões:

- a) a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- b) a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- c) a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- d) a comunicação com a sociedade;
- e) as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- f) organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

- g) infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- h) planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- i) políticas de atendimento aos estudantes;
- j) sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

### **3 SISTEMA DE ACREDITAÇÃO**

#### **3.1 Criação do sistema ARCU-SUL**

O Sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários do Mercosul (ARCU-SUL) é a continuação de um processo de características similares, denominado Mecanismo Experimental de Acreditação (MEXA), que foi aplicado em um número limitado de cursos de Agronomia, Engenharia e Medicina. Estas três titulações foram determinadas na Reunião de Ministros de Educação para dar início ao processo experimental (MERCOSUL, 2008).

Os países participantes foram Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile, com um total de 62 cursos acreditados: 19 de Agronomia, 29 de Engenharia e 14 de Medicina.

A avaliação do MEXA demonstrou que foi adequada a prospecção realizada pelo Setor Educacional do Mercosul (SEM), e que era conveniente a instalação de um sistema de acreditação permanente da qualidade da formação de nível universitário na região (MERCOSUL, 2008).

O mecanismo experimental se estendeu até 2006, definindo-se que a institucionalização de um sistema de acreditação regional da qualidade de formação de grau constituía uma política de Estado conveniente a ser adotada pelos países do Mercosul.

As bases orientadoras para a constituição do sistema ARCU-SUL foram definidas na Reunião de Ministros de Educação em novembro de 2007. O memorando assinado pelos Ministros de Educação assumiu posteriormente o caráter de acordo entre os países através de uma decisão do Grupo Mercado Comum. A Decisão nº 17/2008 aprova o texto que fixa as bases definitivas do Sistema ARCU-SUL (MERCOSUL, 2008).

Este sistema se orienta para a melhoria permanente da formação das pessoas, com padrões de qualidade requeridos para a promoção do desenvolvimento econômico, social, político e cultural da população.

A implementação do Sistema ARCU-SUL se baseia em um plano que contém ações e metas definidas até o ano de 2010 em sintonia com o Plano Operacional 2006-2010, que foi definido pelo Setor Educacional do Mercosul.

Os princípios orientadores do Plano Operacional do Setor Educacional do Mercosul são: confiança, respeito, consenso, solidariedade, cooperação, impacto, difusão, visibilidade, gradualidade, diálogo, interação.

#### **3.2 Procedimentos do sistema ARCU-SUL**

O processo de acreditação perfaz um período de cerca de 380 dias entre seu início e fim. A sequência de passos para a obtenção da acreditação pelo curso de graduação é a seguinte:

- a) Convocatória da Rede de Agências Nacionais de Acreditação;
- b) Candidatura das IES e cursos;
- c) Aceite da IES/curso para participação no processo;
- d) Preparo da documentação;
- e) Avaliação externa.

Um pequeno grupo de cursos superiores brasileiros pode se habilitar a conquistar esse “selo de qualidade”, reconhecido pelos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Para se inscrever, o curso precisa atender a alguns critérios básicos: ser oriundo de uma instituição com *status* de universidade, ter pelo menos 10 anos de existência, ter atingido nota mínima 4 (quatro) no último Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). O processo é voluntário e o selo concedido tem validade por seis anos.

Salienta-se que o curso de graduação que deseja participar do processo de acreditação deve preparar uma documentação a ser enviada aos avaliadores, a qual consiste em um Formulário de Coleta de Dados e um Relatório de Autoavaliação. O Formulário de Coleta de Dados tem por objetivo recolher e apresentar os dados e informações do curso necessários para avaliar as quatro dimensões: Contexto Institucional, Projeto Acadêmico, Comunidade Acadêmica e Infraestrutura. O Relatório de Autoavaliação é o produto do processo de autoavaliação realizado, o qual requer um conjunto de ações nas quais o curso que busca a acreditação avalia sua adequação aos critérios de qualidade estabelecidos pelo sistema, identificando os pontos fortes, os pontos fracos, bem como apresenta as estratégias e ações estabelecidas para fortalecer os pontos positivos e para sanar as carências apresentadas.

De acordo com Freitas e Fontan (2008),

*“a autoavaliação (ou avaliação interna) busca, em um primeiro momento, o autoconhecimento. Através de um processo de análise de dados e informações, é possível verificar a situação em que se encontra a instituição, identificando as fragilidades e as potencialidades existentes. A partir dos resultados das análises, podem ser estabelecidas estratégias e ações para a superação dos problemas, procurando corrigi-los e melhorar ainda mais os indicadores avaliados.”*

Freitas e Fontan (2008) também apontam que

*“em um segundo momento, a autoavaliação favorece a construção de uma cultura de avaliação na instituição, contribuindo para que esta se prepare mais adequadamente para as diversas avaliações externas a que são submetidas. Neste sentido, segundo o SINAES, os processos de autoavaliação devem ser permanentes, isto é, constituir-se como uma cultura internalizada nas estruturas e nas ações institucionais.”*

## **4 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS DA UPF**

### **4.1 Processo de autoavaliação do curso**

A Universidade de Passo Fundo (UPF) possui um histórico de mais de 30 anos de processos de autoavaliação. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UPF estabeleceu um conjunto de diretrizes para a operacionalização do processo de avaliação dos cursos de graduação. A Resolução nº 05/2005 do Conselho Universitário, de 14 de junho de 2005 (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2005), instituiu a Comissão de Avaliação de Curso de Graduação (CACG), que tinha como uma de suas atribuições elaborar a Proposta de Avaliação do Curso de Graduação (PACG).

A primeira CACG foi definida pelo colegiado do curso de Engenharia de Alimentos da UPF, sendo que sua atividade inicial foi a elaboração da primeira Proposta de Avaliação de Curso de Graduação, a qual foi aprovada pelo colegiado do curso ainda em 2005. Após dois processos de avaliação terem sido efetuados segundo a PACG, percebeu-se a necessidade de remodelá-la, buscando uma maior participação da comunidade acadêmica, a fim de haver mais contribuições acerca da avaliação.

A elaboração da segunda Proposta de Avaliação de Curso de Graduação foi realizada em 2008 através de discussões na CACG, a partir das diretrizes básicas encaminhadas pela CPA da instituição, preconizando a autoavaliação como uma das etapas de um processo amplo de verificação das condições do curso de graduação.

Posteriormente, em 2011, a CACG foi extinta na UPF e suas funções na implementação da autoavaliação foram repassadas ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada curso (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2011), sendo normatizado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior através da Resolução nº 01/2010 (BRASIL, 2010b).

#### 4.2 Planejamento estratégico do curso

O primeiro Planejamento Estratégico da UPF foi elaborado em 2002, a partir de discussões na instituição. Em 2006 foi revisto o planejamento para o período 2007-2011. Em função disso, em meados de 2006 a reitoria da UPF desencadeou um processo de elaboração dos planejamentos estratégicos das unidades. Para atingir esse propósito, cada unidade solicitou a elaboração dos planejamentos estratégicos de cada curso. Esse trabalho resultou na elaboração do Planejamento Estratégico do Curso de Engenharia de Alimentos.

Durante os meses de julho e agosto de 2006 foi realizado o diagnóstico dos ambientes externo e interno, através da coleta de dados com cada um dos segmentos envolvidos no curso (docentes, discentes, funcionários e comunidade externa). Posteriormente os professores integrantes do núcleo específico do curso de Engenharia de Alimentos da UPF definiram a Missão, a Visão de Futuro do curso para 2011, bem como os Princípios e Valores do curso. A partir da análise dos ambientes interno e externo, foram verificados os pontos fortes e fracos e, a partir deles, os objetivos estratégicos e respectivos planos de ação. A Tabela 1 mostra o número de pontos fortes e fracos identificados pelos discentes e pelo conjunto de professores/funcionários.

Tabela 1 - Número de pontos fortes e fracos no ambiente interno identificados durante a coleta de dados do planejamento estratégico

<b>Segmento avaliador</b>	<b>Pontos fortes</b>	<b>Pontos fracos</b>
Professores e funcionários	16	11
Alunos	11	11

Os professores e funcionários destacaram entre os pontos fortes a qualificação do corpo docente, a ênfase tecnológica, a boa comunicação interna e a infraestrutura do curso. Os alunos destacaram como pontos fortes a infraestrutura, a qualificação do corpo docente e o bom atendimento dado pelos funcionários, entre outros.

Os pontos fracos identificados pelos professores e funcionários foram a extensão universitária, o baixo número de professores no NDE e as ações para divulgação da profissão. Na visão dos alunos, alguns pontos fracos foram o baixo número de funcionários, a realização de eventos e a divulgação da profissão.

O curso de Engenharia de Alimentos da UPF, vendo a necessidade de possuir uma ferramenta mais efetiva de autoavaliação, integrou o processo de autoavaliação com o planejamento estratégico, buscando identificar e corrigir fragilidades, bem como fortalecer as potencialidades do curso, estabelecendo metas, ações e prazos, deixando explícitas as respectivas correções do ponto de vista pedagógico e operacional para a melhoria do curso. A

Tabela 2 apresenta o número de ações previstas a partir do Planejamento Estratégico entre os anos de 2007 e 2010.

Tabela 2 - Número de ações previstas no planejamento estratégico do curso de engenharia de alimentos da UPF

Item do planejamento	2007	2008	2009	2010
Comunicação interna e externa	12	10	10	13
Captação e manutenção dos alunos	7	5	6	0
Qualidade de ensino	9	10	10	15
Concorrência e mercado de trabalho	5	4	4	4
Produtos e serviços	7	5	3	4
Pesquisa	5	5	3	2
ENADE	2	9	2	2
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>48</b>	<b>38</b>	<b>40</b>

As ações envolvendo os vários ambientes do planejamento buscaram corrigir as fragilidades. Entre elas cita-se: criação da página do curso na internet, realização de visitas nas indústrias, contratação de estagiários e funcionários para um melhor atendimento nos laboratórios do curso, implantação de alguns laboratórios, melhorar os métodos de avaliação, fortalecimento da Empresa Júnior, acompanhamento mais efetivo dos egressos, inclusão dos alunos ingressantes na pesquisa. O planejamento estratégico do curso de Engenharia de Alimentos da UPF é anualmente revisado, sendo que o andamento das ações planejadas é semestralmente discutido e atualizado.

#### 4.3 A autoavaliação no processo de acreditação

A autoavaliação é um dos requisitos necessários para que o curso consiga o “selo de qualidade” do Sistema ARCU-SUL. O relatório deve conter uma análise crítica dos pontos fortes e fragilidades do curso, prevendo ações para a melhoria da qualidade de ensino.

O levantamento de dados para o processo de acreditação da Engenharia de Alimentos foi realizado em vários momentos:

- Inicialmente, pelo preenchimento do formulário de coleta de dados, que permitiu que o curso trabalhasse as informações exigidas para o processo de acreditação;
- No seminário de autoavaliação, com a participação de professores, alunos e funcionários, no qual discutiram-se as fragilidades e potencialidades relacionadas às quatro dimensões: Contexto Institucional, Projeto Acadêmico, Comunidade Acadêmica e Infraestrutura;
- Reuniões dos professores do NDE, avaliando-se as informações do seminário e do formulário de coleta de dados, e planejando-se as ações no sentido de corrigir falhas e fortalecer as potencialidades do curso.

A Tabela 3 apresenta o número de pontos fortes e pontos fracos do curso levantados pela autoavaliação realizada com os itens específicos para o processo de acreditação, totalizando 83 potencialidades (pontos fortes) e 54 fragilidades (pontos fracos).

Tabela 3 - Levantamento de pontos fortes e fracos do curso de Engenharia de Alimentos da UPF a partir do processo de autoavaliação para a acreditação no Sistema ARCU-SUL

<b>Dimensão</b>	<b>Pontos fortes</b>	<b>Pontos fracos</b>
Contexto institucional	14	9
Projeto acadêmico	26	18
Comunidade acadêmica	29	16
Infraestrutura	14	11
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>54</b>

Os principais pontos fortes do curso de Engenharia de Alimentos da UPF relacionados no processo de autoavaliação foram os seguintes:

- a) Liberdade intelectual e direção colegiada;
- b) Participação na escolha dos representantes em todas as instâncias;
- c) Democracia nas decisões no ambiente acadêmico;
- d) Organização institucional;
- e) Existência de atendimento especializado ao aluno;
- f) Planejamento estratégico do curso como norteador da tomada de decisões;
- g) Projeto pedagógico do curso amplamente discutido;
- h) Elevada capacitação docente;
- i) Pesquisa consolidada e de qualidade;
- j) Elevada qualificação dos egressos;
- k) Processo de avaliação do curso;
- l) Infraestrutura do curso e da instituição como um todo;
- m) Motivação de professores e alunos para melhoria da qualidade do curso.

Os principais pontos fracos do curso de Engenharia de Alimentos da UPF relacionados no processo de autoavaliação foram os seguintes:

- a) Desconhecimento da competência profissional do Engenheiro de Alimentos pela comunidade;
- b) Dificuldades financeiras dos alunos;
- c) Baixa demanda pelo curso no vestibular;
- d) Baixo nível de conhecimento e dificuldade de aprendizagem dos ingressantes;
- e) Elevado índice de reprovação e evasão do curso.

Comparando-se as Tabelas 1 e 3 pode-se perceber um aumento significativo no número de pontos fortes (16 para 83) e também no número de pontos fracos (11 para 54) identificados nos diferentes processos de autoavaliação. Estes resultados mostram que a análise efetuada com os instrumentos do Sistema ARCU-SUL é mais detalhada, identificando questões que anteriormente não haviam sido levantadas. Assim, conseguiu-se uma definição bem mais clara e precisa dos pontos fortes e fracos do curso, o que proporciona uma análise mais apurada para elaborar planos de melhoria.

A partir das reflexões e discussões acerca da autoavaliação, foram estabelecidas diversas ações, de forma a enfatizar os pontos positivos do curso, bem como sanar as deficiências observadas, visando à melhoria da qualidade do curso de engenharia oferecido pela instituição. A Tabela 4 apresenta o número de ações previstas para serem desenvolvidas em 2011 a partir do processo de autoavaliação realizado para o sistema ARCU-SUL.

Tabela 4 - Número de ações estabelecidas a partir do processo de autoavaliação para a acreditação no Sistema ARCU-SUL

<b>Dimensão</b>	<b>Ações previstas para 2011</b>
Contexto institucional	10
Projeto acadêmico	20
Comunidade acadêmica	18
Infraestrutura	24
Outras ações	8
<b>Total</b>	<b>80</b>

As principais ações envolvendo o Contexto Institucional foram estabelecidas com base no aprimoramento das condições de trabalho de professores e funcionários, de forma a sugerir políticas de melhoria institucional. Quanto ao Projeto Acadêmico várias ações foram centradas nas práticas pedagógicas focadas ao ensino da engenharia, como a participação de docentes no curso no Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia. Na dimensão Comunidade Acadêmica uma das ações estabelecidas foi a solicitação de contratação de professor para auxiliar na consolidação do curso na instituição. Quanto à Infraestrutura, foram estabelecidas diversas ações, principalmente focadas no levantamento dos equipamentos atualmente disponíveis no curso.

Novamente percebe-se um incremento no detalhamento da análise efetuada utilizando os instrumentos do Sistema ARCU-SUL. Comparando-se as Tabelas 2 e 4 pode-se perceber um aumento significativo no número de ações planejadas (40 para 80), mostrando que, quando se tem uma análise mais detalhada, ações mais pontuais podem ser previstas, de forma a melhorar a qualidade do processo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de autoavaliação, quando realizado com intensidade e profundidade adequada, proporciona ao curso de graduação uma excelente ferramenta para a sua gestão.

O processo de busca da acreditação pelo Sistema ARCU-SUL ampliou o horizonte de análise identificada na autoavaliação, mostrando que sua integração com o planejamento estratégico constitui um mecanismo contínuo para a melhoria acadêmica.

As dimensões consideradas pelo processo de acreditação (Contexto Institucional, Projeto Acadêmico, Comunidade Acadêmica e Infraestrutura) possuem um universo de indicadores que permitem uma avaliação de maior efetividade e maior extensão para a identificação de fragilidades e potencialidades dos cursos de graduação. O instrumento de avaliação dos cursos do Sistema ARCU-SUL possui indicadores mais completos que os instrumentos utilizados para avaliação de cursos de graduação brasileiros.

A autoavaliação a ser realizada para a acreditação no Sistema ARCU-SUL auxilia na identificação de um maior número de pontos fortes e fracos dos cursos de graduação. Contudo, o processo isolado não leva à organização das ações para a melhoria do curso. A sistematização dessas ações para a correção das fragilidades e o fortalecimento das potencialidades por um método de trabalho estrategicamente elaborado permite a organização do plano de trabalho de modo que se obtenha um resultado mais efetivo para a melhoria do curso.

Por fim, a percepção que se tem na análise do processo de acreditação e no acompanhamento da evolução do SINAES é que valorizar-se-á a autoavaliação dos cursos, e que a mesma tornar-se-á um real instrumento para os gestores da educação superior.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 10.861/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, publicado em 15 abr. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Republicação da Portaria Normativa nº 40/2007. Institui o e-MEC, o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Brasília, **Diário Oficial da União**, publicado em 29 dez. 2010a.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Resolução nº 01/2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, publicado em 17 jun. 2010b.

FREITAS, A. L. P.; FONTAN, E. A. Um procedimento para a estruturação do processo de auto-avaliação de cursos universitários. In: VI Congresso Nacional de Excelência em Gestão. **Anais...** Niterói, RJ, Brasil, p. 1-21, 2008.

HEMKEMEIER, M.; REINEHR, C. O.; BRIÃO, V. B.; COLLA, L. M.; RODRIGUES, V. M. Engenharia de Alimentos: O planejamento estratégico como ferramenta de melhoria da qualidade do ensino de graduação. In: SCORTEGAGNA, S. A. et al. (Org.). **Meta-avaliação: em busca da qualidade educativa**. Passo Fundo: UPF Editora, 2010, p. 143-168.

MERCOSUL. Rede de Agências Nacionais de Acreditação. **Manual de procedimentos do sistema ARCU-SUL**. 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13454:acreditacao-de-cursos-no-sistema-arcu-sul&catid=323:orgaos-vinculados](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13454:acreditacao-de-cursos-no-sistema-arcu-sul&catid=323:orgaos-vinculados)>. Acesso em: 10 jan. 2011.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. **Resolução Consun nº 4/2005**. Regulamenta o funcionamento dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Passo Fundo, 2005.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. **Resolução Consun nº 3/2011**. Dispõe sobre a instituição dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) no âmbito da estrutura de gestão acadêmica dos Cursos de Graduação da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2011.

## INTERNATIONAL ACCREDITATION AS A WAY OF IMPROVING THE SYSTEM OF SELF EVALUATION FROM A BACHELOR'S DEGREE IN ENGINEERING

**Abstract:** *After commercial globalization, the time is for international quality evaluation of education. The countries from Mercosul are part of a system for quality evaluation of higher education, called ARCU-SUL System, and the Food Engineering course from University of Passo Fundo is taking part of this international accreditation process. The aim of this work is to describe the improvement of self evaluation process through the guidelines from ARCU-SUL System. The course makes periodically its self evaluation process, joining it with the strategic planning. It was verified that accreditation process has increased the number of actions for improving education quality, showing that the accreditation instruments can be a very useful tool for management in higher education..*

**Key-words:** *Self Evaluation, Strategic Planning, ARCU-SUL System.*